

## MINUTA DE ATA DA XIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

**Abertura** – Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e seis de março do ano de 2004 teve início a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no Auditório 1, Ibama Sede, Brasília – DF. O Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, agradeceu a presença de todos e convidou demais membros da Secretária Executiva para compor a mesa. Em prosseguimento, o Sr. Roberto Monteiro (SRH) confirmou o quorum para a reunião e fez a leitura dos informes gerais, destacando as regras de conduta dos Conselheiros e os procedimentos regimentais. **Posse dos Conselheiros** – O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) deu posse aos novos conselheiros: do **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, o Sr. Aloísio Lopes Pereira de Melo como Conselheiro Titular, do **Ministério do Meio Ambiente**, o Sr. Ivo Brasil como Conselheiro Suplente, do **Ministério da Defesa**, o Sr. Antônio Ruy de Almeida Silva como Conselheiro Titular, do **Ministério da Educação**, o Sr. Bruno Gonzaga Agapito da Veiga como Conselheiro Suplente, do **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, a Sra. Raquel Porto Mendes Fonseca como Conselheira Titular, do segmento das **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**, a Sra. Dóris Aparecida Garisto Lins como Conselheira Titular, do segmento das **Organizações Técnicas**, o Sr. José Nilson Beserra Campos como Conselheiro Titular. **Ordem do Dia** – O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) consultou sobre a existência de requerimento de urgência ou retirada de pauta; informou que o Sr. João Carlos Simanke de Souza (Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS), através de ofício contendo justificativa (**Anexo II**) enviado à Secretaria Executiva do CNRH, havia solicitado a retirada do item 4.3 da pauta. A solicitação foi acatada. Na sequência, o Sr. Roberto Monteiro (SRH) leu a nova Ordem do Dia. O Sr. Antônio Evangelista (SINTAEMA) solicitou inversão de pauta, com a discussão sobre o sub-item 3.3 em primeiro lugar no item 3, justificando tratar-se de um assunto de grande importância. O Sr. Paulo de Souza (CERH/GO) interferiu solicitando a manutenção da ordem do dia, discorrendo sobre o item 3.1, sua importância e impactos no cronograma junto a ANA. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) observou a necessidade de se priorizar o sub-item 4.4 dentro do item 4. O Sr. Antônio Evangelista (SINTAEMA) manifestou-se contrariamente ao Sr. Sanderson Leitão (MCT) dizendo que o item 4.1 já fez parte da pauta da X Reunião Ordinária. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) sugeriu o estabelecimento de tempo para discussão de cada item, para que todos fossem apreciados e propôs a não modificação de pauta. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) apoiou o estabelecimento de tempo, mas manteve sua solicitação de inversão. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) pediu votação, quando foi aprovada, a inversão da ordem de discussão do sub-item 3.3 para 3.2. Na sequência, ocorreu a votação de modificação da ordem de discussão do sub-item 4.4, que não foi aprovada. Com relação à sugestão da Sra. Cristina Yuan (Indústria) o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) consultou sobre o intervalo de tempo para a discussão de cada item, sendo acordado 15 minutos. Assim sendo, passou-se ao

**Item 1** - Aprovação da Minuta de Ata da X Reunião Ordinária do CNRH. Após as manifestações, que foram acatadas, dos Srs. Ivo Brasil (ANA), Cristina Yuan (Indústria) e Ninon Machado (ONG's), o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) solicitou que as intervenções fossem incorporadas e declarou a ata aprovada. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) solicitou que para as próximas atas das reuniões do CNRH, fossem registradas todas as modificações de texto sugeridas pelos conselheiros. O Sr. João Bosco ratificou o aspecto resumido que a ata possui, destacando que sua forma atual foi sugerida pela própria plenária, conforme explicitado no art. 18 do Regimento Interno.

**Item 2** – Deliberação sobre proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH. O encaminhamento da matéria foi realizado pelo Sr. Júlio Thadeu (SRH/MMA) que fez observação sobre o equívoco existente no parágrafo 4º art. 14 do Regimento Interno do CNRH. A proposta retificadora do Regimento Interno foi aprovada por maioria absoluta dos membros do Conselho, conforme **Anexo III**. A seguir passou-se ao **Item 3** - Deliberação sobre Propostas de Resolução.

**Item 3.1** – proposta de resolução para prorrogação do prazo de implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) solicitou que a Sra. Flavia Barros (ANA) fizesse relato referente ao tema. Neste momento, às 10:00 horas, a Sra. Ministra Marina Silva (MMA), Presidente do CNRH, compareceu à reunião e tomou assento à mesa. Em prosseguimento, a Sra. Flavia Barros (ANA) iniciou o relato fazendo um histórico sobre a criação

do comitê, aprovada pelo CNRH em 2002, e cuja Diretoria Provisória foi indicada em 2003. Relatou que em outubro de 2003 havia encerrado o prazo de mandato da Diretoria Provisória para consecução das suas atividades e conseqüente transição para a Diretoria permanente, não sendo, entretanto, suficiente para tanto, o que impulsionou a presente solicitação de prorrogação. Apresentou em seguida (**Anexo IV**), o plano de atividades em andamento, a estratégia de mobilização adotada e o cronograma de instalação do Comitê, considerando a necessidade de 10 a 11 meses para sua conclusão. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) agradeceu a apresentação da Sra. Flavia Barros (ANA) e informou que a ANA havia solicitado a substituição da Sra. Dilma Seli pelo Sr. Rodrigo Flecha para assumir as funções de Secretário-Executivo na Diretoria Provisória desse Comitê. Em prosseguimento, colocou a matéria em discussão e, não havendo manifestações, passou para a votação, sendo obtida a aprovação da plenária para prorrogação de prazo solicitada, conforme Resolução em anexo (**Anexo V**), além do referendo à indicação do Sr. Rodrigo Flecha. Em seguida, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) passou a palavra a Sra. Ministra Marina Silva, que saudou a todos, desculpando-se pelo atraso e destacando a grande satisfação de participar da XIII Reunião Extraordinária do CNRH, evento de encerramento da Semana da Água. Em sua conferência, relatou sobre os eventos ocorridos durante essa Semana, como o lançamento do Programa Água Doce, a Caminhada das Águas, a apresentação do filme Espelho D'Água, o lançamento do selo comemorativo, o Seminário – *Vamos Cuidar da Águas do Brasil*, a Oficina - *Olhares de Gênero sobre o Planejamento dos Recursos Hídricos* e a exposição: *Água Brasilis - Natureza e Homem no Curso da História*. Informou e comentou sobre a publicação da Portaria nº 45, de 2004, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor ações que visem solucionar questões operacionais decorrentes da cobrança pelo uso da água, assim como sobre a Medida Provisória nº 165, de 2004, que dispõe sobre o contrato de gestão entre a ANA e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas. A Ministra lembrou que o MMA encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão proposta ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o ano de 2005, na qual solicita o enquadramento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água em "despesas ressalvadas", procurando evitar, com isso, o seu contingenciamento para o próximo exercício. Aproveitou para registrar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, do Programa de Combate à Desertificação, do CNRH e do CONAMA. Finalizou cumprimentando o Secretário de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, o Diretor Presidente da ANA, Sr. Jerson Kelman, respectivas equipes e os membros do CNRH pelos bons trabalhos realizados até o momento. Dando prosseguimento o Sr. João Bosco (Secretário Executivo), passou ao item 3.2 da pauta. **Item 3.2** – proposta de resolução que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O encaminhamento da matéria foi realizado pelo Sr. Reginaldo Pereira (ANA) que, em sua apresentação, fez referência à MP nº 165, de 2004. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) colocou a proposta em votação e a resolução foi aprovada sem modificações (**Anexo VI**). **Item 3.3** – proposta de resolução que estabelece critérios gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) solicitou que a Sra. Leila Gomes, Presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, encaminhasse a matéria. A Sra. Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) iniciou com uma retrospectiva da apreciação da matéria em Plenária, que compôs a pauta da X Reunião Ordinária, quando não foi apreciada por insuficiência de quorum. Contudo, disse, terem sido sugeridas modificações que foram analisadas no âmbito da CTPOAR, além da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL. Disse que a resolução aplica-se para as novas barragens, destacou seu caráter orientativo e comentou sobre a importância de se avaliar os impactos do empreendimento de uma barragem a médio e longo prazo, sempre respeitando o uso múltiplo. A Sra. Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) demonstrou que a resolução sugeria tratamentos diferenciados conforme o porte do empreendimento, exigindo diferentes Termos de Referência. Salientou sobre a importância da integração entre os procedimentos de outorga e de licenciamento ambiental. Ela ressaltou as modificações elaboradas pela CTPOAR a partir das sugestões colhidas na última reunião do CNRH, destacando o art. 6º e a não concordância, por parte da ANA, da inclusão da expressão "regras de operação dos reservatórios". A Sra. Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) também informou que as emendas apresentadas pelo Sr. Hernani Fortuna (Hidroviários) não foram acatadas, bem como as do Sr. Jerson Kelman (ANA). Disse que a CTIL, em sua análise, havia apresentado sugestão satisfatória para a redação do art. 6º. Finalizada a apresentação da matéria, o Sr. João

119 Bosco abriu a palavra para a Plenária. O Sr. Amílcar Guerreiro (MME) sugeriu modificações  
120 supressivas, conforme **Anexo VII**, e solicitou que o Sr. Jerson Kelman (ANA) se manifestasse  
121 sobre a supressão da expressão “regras operativas dos reservatórios”. O Sr. Kelman se  
122 posicionou a favor da proposta do Sr. Amílcar, mas ressaltou que redação apresentada para o art.  
123 6º estaria satisfatória. O Sr. Di Bella (Hidroviários) destacou a grande importância desta proposta  
124 de resolução para o setor hidroviário, considerando as eclusas e as vazões de montante e jusante  
125 dos empreendimentos. Sugeriu a inserção, nos “considerandos” da resolução, do texto do inc. II  
126 do art. 2º da Lei nº 9.433, de 1997. Também sugeriu que no art. 5º fosse ressaltado o segmento  
127 usuário navegação. O Sr. Flávio Neiva (ABRAGE) questionou sobre a necessidade de se explicitar  
128 na resolução a dinâmica de atualização do Plano de Ação Emergencial devido à construção de  
129 novos empreendimentos na bacia. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) solicitou que a Sra.  
130 Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) defendesse a matéria e ela colocou como sugestão à criação  
131 de um parágrafo único que explicitasse a preocupação, contudo afirmou que esses dados seriam  
132 públicos e deveriam estar disponibilizados para a sociedade. A Sra. Patrícia Boson (Indústria)  
133 ressaltou que, no art. 6º, a expressão “regras operativas” aplicava-se a todas as barragens e não  
134 somente às do sistema de geração de energia elétrica. Sugeriu que fosse substituída a expressão  
135 “com acompanhamento do” por “combinado com”, no art. 6º. Finalizadas as discussões, o Sr.  
136 João Bosco (Secretário Executivo) encaminhou a proposta de resolução para votação sendo  
137 obtida sua aprovação. Passou então para a discussão e votação dos destaques. Foi acatada a  
138 sugestão do Sr. Amílcar (MME) para o inciso VII art. 2º. Nesse momento a Sra. Leila (Presidente  
139 da CTPOAR) solicitou a palavra e defendeu a manutenção dos incisos do § 4º do art. 3º devido ao  
140 caráter educativo e de esclarecimento para o empreendedor no que tange os locais onde os  
141 mesmos deverão se manifestar para solicitação de suas licenças, e que isso seria um indicativo  
142 para a sincronia dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental. O Sr. Di Bella  
143 (Hidroviários) manifestou-se a favor da manutenção dos incisos, por considerar necessária as  
144 manifestações setoriais. O Sr. Amílcar (MME) lembrou da legislação setorial existente e da  
145 dificuldade para o pequeno empreendedor em obter as manifestações setoriais. A Sra. Patrícia  
146 Boson (Indústria) afirmou que a manutenção dos incisos não estaria contrária a legislação  
147 existente e que a mesma estaria resguardada através do inciso VI do art. 2º da resolução em  
148 questão. O destaque foi colocado em votação e o texto aprovado na íntegra, ou seja, manutenção  
149 dos incisos do § 4º do art. 3º. Passou-se para a inclusão no inciso IV art. 5º sugerida pelo Sr. Di  
150 Bella (Hidroviários). O Sr. Luis Eduardo Garcia (MT) pediu a palavra para reiterar a solicitação do  
151 Sr. Di Bella. O Sr. Rui Brasil (CERH/SP), apoiado pela Sra. Dóris Garisto (ASSEMAE) defendeu o  
152 artigo na forma que estava, considerando que, para o destaque da navegação, todos os  
153 segmentos usuários também deveriam sê-lo. Passou-se para o art. 6º, onde o Sr. Amílcar (MME)  
154 solicitou a supressão da expressão “as regras de operação dos reservatórios”. O Sr. Garcia (MT)  
155 colocou-se favoravelmente a manutenção do texto, por considerar os cuidados que a navegação  
156 deveria receber por ser atingida diretamente pelas regras operativas dos reservatórios. A Sra.  
157 Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) defendeu a necessidade da manutenção do texto  
158 exemplificando com a questão da dominialidade e as outorgas nos reservatórios. O destaque foi  
159 colocado em votação e a proposta da Sra. Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) aprovada. Dando  
160 continuidade, foi apreciada a modificação sugerida pela Sra. Patrícia Boson (Indústria), que foi  
161 acatada. Passou-se a discutir o destaque apresentado pelo Sr. Flávio Neiva (ABRAGE). A Sra.  
162 Leila Gomes (Presidente da CTPOAR) defendeu a não inserção do parágrafo proposto, justificando  
163 que a resolução não poderia imputar valores e obrigações, mas que acreditava que seria  
164 obrigação do poder outorgante manter atualizado o Plano de Ação de Emergência, além da sua  
165 disponibilização. A plenária sugeriu a retirada da proposta, o que foi acatado pelo Sr. Flávio Neiva  
166 (ABRAGE). O texto aprovado está apresentado no **Anexo VIII. Item 3.4** – proposta de  
167 resolução que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Treinamento, Mobilização  
168 Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM). A matéria foi encaminhada pela Sra. Ninon  
169 Machado (ONG’s), que defendeu sua aprovação justificando que a criação da CTEM seria fruto de  
170 um anseio da sociedade civil e comentou sobre o recebimento da manifestação favorável do MEC  
171 enaltecendo o espírito da proposta. Dito isso, solicitou que o representante do MEC, Sr. Bruno  
172 Veiga, fizesse uso da palavra. Este, por sua vez, relatou os resultados da Conferência Infanto-  
173 Juvenil do Meio Ambiente, onde mais de 40% dos trabalhos estavam voltados para recursos  
174 hídricos. Continuando, disse que o MEC havia recebido demandas de projetos voltados para  
175 recursos hídricos, mobilização social e Agenda 21. Apontou a CTEM como sendo um fórum onde  
176 se trabalharia propostas de construção conjunta, compartilhamento de experiências e, além  
177 disso, seria trabalhada a difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos dentro do sistema de

178 ensino. Citou informações do CENSO/2002, sobre a existência de 165.500 escolas de ensino  
179 fundamental, a maioria em área rural, que seriam espaços importantes para discussão de temas  
180 relacionados a recursos hídricos, atingindo assim um total de 35.000.000 de estudantes.  
181 Destacou que os jovens não deveriam ser considerados o futuro do Brasil, mas sim o presente.  
182 Ratificou ainda que a mobilização social seria também um processo de educação. Sugeriu a  
183 supressão do termo “treinamento” em todo o texto da resolução, justificando o desuso desse  
184 termo e, no inciso IV do art. 2º, propôs a inserção da expressão “de difusão da Política Nacional  
185 de Recursos Hídricos”, conforme **Anexo IX**. O Sr Júlio Thadeu (SRH/MMA) comentou sobre a  
186 lacuna que a CTEM viria preencher, citando a deficiência educacional existente no Brasil, que  
187 qualquer iniciativa deste tipo seria bem vinda e opinou sobre a manutenção do termo  
188 “treinamento” no texto da resolução. O Sr. Luiz Fernando Schettino (CERH/ES) registrou  
189 satisfação na criação da CTEM, a importância da educação ambiental, e informou que o Estado do  
190 Espírito Santo estaria lançando seu Atlas das Bacias Hidrográficas do Estado. Propôs a adição de  
191 mais uma atribuição à CTEM, estando esta apresentada no **Anexo X**, que atingiria a escolha de  
192 livros didático sobre educação ambiental e os planos de mídia sobre recursos hídricos. O Sr.  
193 Mauro Viegas (Indústria) ponderou que uma Câmara Técnica com as atribuições propostas  
194 deveria ser instituída nos Conselhos Estaduais e também nos Comitês. Concluiu sugerindo que  
195 essa proposição fosse encaminhada aos CERH's. A Sra. Ingrid Muller (Associações de ensino e  
196 pesquisa) demonstrou a intenção do segmento em integrar esta CTEM e pediu esclarecimentos  
197 sobre o inciso I do artigo 2º e também sobre as atribuições da CTEM, sugerindo uma  
198 provável sobreposição com as atribuições da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT. O  
199 Sr. Bruno Veiga (MEC), defendendo suas sugestões, enfatizou que o termo “treinamento” estaria  
200 em desuso, justificando com a sua definição em dicionário. O Sr. Aluizio Melo (MDA) observou  
201 que os pequenos produtores familiares seriam um segmento fundamental na gestão dos recursos  
202 naturais, demonstrou seu apoio a criação da CTEM e a intenção do Ministério de Desenvolvimento  
203 Agrário em compor essa CTEM. Externou seu apoio a supressão do termo “treinamento”. A Sra  
204 Cristina Yuan (Indústria) corroborou com a preocupação da Sra. Ingrid Muller (Associações de  
205 ensino e pesquisa) e disse que a CTEM não seria o fórum adequado para a avaliação de livros  
206 didáticos, conforme proposto. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) discorreu sobre as atribuições das  
207 duas Câmaras Técnicas em questão, destacando as suas especificidades. Posicionou-se  
208 favoravelmente à criação da CTEM, concluindo pela necessidade da inclusão da educação  
209 ambiental no âmbito da gestão de recursos hídricos. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) informou que  
210 a sobreposição de atribuições teria sido amplamente debatido no âmbito tanto da CTCT quanto da  
211 CTIL, quando da sua definição. Manifestou o apoio do MCT a criação da CTEM. O Sr. João Bosco  
212 (Secretário Executivo) encaminhou para a votação da proposta de resolução, que foi aprovada  
213 com alterações. Passou-se então para a discussão e votação dos destaques. A proposta de  
214 supressão do termo “treinamento” de todo o texto da resolução foi aprovada. Também a proposta  
215 de alteração no inciso IV do art. 2º foi aprovada, assim como adição de mais uma competência  
216 para a CT, na forma de novo inciso no mesmo artigo. A Sra. Ninon Machado (ONG's) ressaltou  
217 que o inciso IV do mesmo artigo abrangia o proposto no novo inciso. O Sr Luiz Fernando  
218 Schettino (CERH/ES) explicou que na câmara ocorreriam discussões quanto a autores, quais  
219 seriam as melhores publicações, além de recomendações de critérios para os planos de mídia, ou  
220 campanhas publicitárias. O Sr. Bruno Veiga (MEC) esclareceu que o MEC somente recomenda a  
221 bibliografia, não atuando na indicação ou proposição de livros didáticos. A Sra. Dóris Garisto  
222 (ASSEMAE) ainda questionou para quais órgãos se dirigiria esse tipo de recomendação. O Sr.  
223 João Bosco (Secretário Executivo) recomendou melhorias na redação do novo inciso, caso a  
224 proposta seja aprovada, e colocou o destaque em votação, que foi aprovado. Finalizando a  
225 discussão dessa proposta de resolução, foi colocado em votação, como sugestão de  
226 encaminhamento, a proposta do Sr. Mauro Viegas (Indústrias), que também foi aprovada. O  
227 texto final aprovado da proposta de resolução ficou conforme **Anexo XI. Item 3.5** – proposta de  
228 resolução que estabelece critérios para encaminhamento, ao CNRH, de projetos de  
229 aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que  
230 serão implantados. Para encaminhar a matéria, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo), solicitou  
231 que o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) fizesse o uso da palavra. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA)  
232 recordou todo o histórico dessa proposta de resolução, que pretende regulamentar o inciso III do  
233 art. 35 da Lei nº 9.433, e foi motivo de amplos debates no âmbito da Câmara Técnica de Análise  
234 de Projetos - CTAP, sendo também motivo de pedido de vista e de retirada de pauta. Informou  
235 que, na primeira reunião de 2004 da CTAP, o segmento da Indústria teria apresentado nova  
236 versão para a proposta de resolução, que foi apreciada nas reuniões seguintes, e teve vários

237 pontos incorporados à proposta apresentada na X Reunião Ordinária. Ressaltou que a versão  
238 então apresentada teria sido motivo de consenso no âmbito da CTAP. Expôs a preocupação  
239 latente na CT com possíveis questionamentos sobre a análise de empreendimentos pelo CNRH.  
240 Lembrou a todos que as questões de conflito permaneceriam podendo vir ao Conselho a qualquer  
241 momento. Durante os debates, o Sr. Luiz Fernando Schettino (CERH/ES) pediu vistas à proposta  
242 de resolução. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) entrevistou, informando sobre a ocorrência de  
243 pedido de vistas durante a VIII Reunião Extraordinária do CNRH, o que, segundo o Regimento  
244 Interno, não poderia se repetir. O Sr. Luiz Fernando Schettino (CERH/ES) explicitou suas  
245 preocupações com algumas questões que não estariam suficientemente claras referente às águas  
246 subterrâneas e dominialidade de cursos de água. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo)  
247 informou que a melhor alternativa seria a plenária propor um novo retorno a CTAP para análise  
248 de sugestões, desde que os conselheiros envolvidos com a causa (CERH/ES, CERH/MG, CERH/BA  
249 e CERH/CE) se propusessem a enviar sugestões enriquecedoras para uma nova análise. Colocou  
250 a proposta em votação e, com a aprovação, ratificou que a proposta de resolução deveria ser  
251 trazida para apreciação na próxima reunião do CNRH. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reforçou a  
252 solicitação feita pelo Sr. João Bosco referente ao envio de sugestões para subsidiar a análise da  
253 CTAP. **Item 3.6** – proposta de resolução estabelecendo as prioridades de aplicação dos recursos  
254 oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Sr. João Bosco (Secretaria Executiva)  
255 solicitou que o Sr. Décio Michellis Jr. (Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de  
256 Recursos Hídricos - CTCOB) encaminhasse a matéria, que fez um breve histórico sobre o  
257 proposta. Disse que a CTCOB teve atuação intensa na sua elaboração e reportou-se a oficina  
258 sobre cobrança ocorrida recentemente. Sobre a Resolução, discorreu sobre a aplicação dos  
259 0,75% oriundos do setor de geração de energia elétrica, estabelecido pela Lei nº 9.984, de 2000.  
260 Informou que havia recebido solicitações de retirada de pauta deste item, para que fosse  
261 reavaliado, mas que, entretanto, tendo em vista a falta de consenso na CTCOB, não se sentia  
262 respaldado para tanto. Como encaminhamento para a proposta de resolução, relatou a existência  
263 de três vertentes na CTCOB: 1ª – seguindo o curso normal; 2ª – postergando sua análise,  
264 encaminhando-a para o GT Interministerial criado pela Portaria nº 45, de 2004; 3ª – elaboração  
265 de proposta substitutiva para o texto da resolução. O Sr. Jerson Kelman (ANA) opinou que a  
266 resolução poderia esbarrar em problemas operacionais e, dessa forma, trazer descrédito ao  
267 CNRH. Salientou ainda o apoio da Sra. Ministra à criação do grupo interministerial que trataria do  
268 assunto e que defenderia a terceira vertente apresentada pelo Sr. Décio Michellis (Presidente da  
269 CTCOB). Solicitou então que a Sra. Anna Flavia (ANA) fizesse um relato sobre as dificuldades  
270 operacionais da proposta de resolução, por ele destacadas. A Sra. Anna Flavia (ANA) observou  
271 sobre as dificuldades de atendimento ao proposto na resolução e destacou que não seria  
272 entendimento comum a caracterização dos 0,75% oriundos do setor elétrico como cobrança pelo  
273 uso da água, mas sim parte da compensação financeira. Disse que as ações da ANA inerentes à  
274 implementação do sistema, como fiscalização, sistema de outorga e cadastro de usuários da água  
275 dependiam desses recursos e afirmou que a aprovação de uma resolução nesse sentido não traria  
276 benefícios. Informou que o tema do documento havia sido motivo de intenso debate na oficina  
277 sobre cobrança, inclusive com a participação de representantes dos Ministérios do Planejamento  
278 e da Fazenda. Ressaltou a dificuldade em se resguardar os recursos abrigados na fonte 116  
279 (receita de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos) e na fonte 134, que trata da  
280 compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, onde ficariam alocados os recursos  
281 oriundos dos 0,75%. Opinou sobre a proposta de moção do item 4.4, que apresentaria subsídios  
282 para o proposto na resolução em questão e ainda, que os debates no âmbito do GT  
283 Interministerial auxiliariam no amadurecimento do tema. A Sra. Patrícia Boson (Indústria)  
284 observou que o trâmite burocrático da cobrança não teria sido considerado quando da elaboração  
285 da Lei nº 9.433 e reforçou os avanços do entendimento do assunto na CTCOB, promovido  
286 também pela atuação do Conselho. Disse que a SOF havia reconhecido que os 0,75% seriam  
287 provenientes da cobrança ao setor de geração de energia elétrica. Observou ainda que a  
288 SRH/MMA, como Secretaria Executiva do CNRH, também necessitaria de recursos, além do  
289 pretendido apoio à participação da sociedades civil nas atividades do CNRH. Demonstrou sua  
290 preocupação com a discussão do tema dentro de um GT interministerial, uma vez que o assunto  
291 vinha sendo apreciado na CTCOB e no próprio CNRH, fórum aberto e participativo. Por fim,  
292 sugeriu que a proposta retornasse a CTCOB. O Sr Jerson Kelman (ANA) ratificou que o 0,75%  
293 constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos por parte do setor elétrico, ressaltando a sua  
294 não discriminação na fonte 134. Fez um apelo aos Conselheiros para que refletissem sobre a  
295 credibilidade de uma resolução que não possui capacidade operacional, ressaltando também que

296 ela não afetaria a alocação dos recursos para 2004, mas somente a Lei Orçamentária de 2005.  
297 Afirmou que resultados mais concretos poderiam ser alcançados com a criação de uma fonte  
298 específica para os 0,75%, tornando a situação operacional e assim concretizando uma fonte  
299 específica para auxílio ao funcionamento desse Conselho. Colocou para reflexão qual das  
300 atividades de gestão deveriam sofrer redução de seus recursos: a fiscalização, o sistema de  
301 outorga, a rede hidrometeorológica, uma vez que essas atividades também dependeriam dessa  
302 fonte de arrecadação. Opinou que o Conselho estaria desviando os recursos atualmente aplicados  
303 para a implantação do sistema de gestão de recursos hídricos em todo o Brasil. Ressaltou que  
304 essa resolução também estaria discriminando os recursos por bacia hidrográfica, não  
305 disponibilizando os mesmos para a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de  
306 Recursos Hídricos nas regiões onde não há geração de energia hidrelétrica, mas que também  
307 contribuem em sua conta de energia elétrica para o pagamento desse percentual. Relembrou que  
308 conceitualmente esses recursos seriam diferentes dos oriundos exclusivamente na bacia  
309 hidrográfica de origem. Salientou que na Lei nº 9.984, os 0,75% teriam sido concebidos visando  
310 a implantação do sistema de gestão de recursos hídricos em todo o país. Finalizando, sedimentou  
311 seu apelo aos Conselheiros para que o tema fosse apreciado no âmbito do GT interministerial,  
312 que teria capacidade de decidir com eficácia. Para tanto, baseou-se nos seguintes pontos: 1 –  
313 recente constituição do grupo interministerial, apoiado pela Ministra Marina Silva; 2 – falta de  
314 eficácia da resolução, devido a não discriminação da fonte onde estariam alocados tais recursos;  
315 3 – por não achar eticamente correto a divisão desse recurso para a bacia hidrográfica de sua  
316 origem. A Sra. Ninon Machado (ONG's) demonstrou o constrangimento da sociedade civil caso  
317 esse assunto tivesse que ser resolvido por um GT interministerial sem a presença da sociedade  
318 civil; consolidou sua proposta apelando para que a Sra. Ministra trouxesse os trabalhos do GT  
319 interministerial para o Conselho. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) reforçou as sugestões para que  
320 a proposta de resolução retornasse a CTCOB e não fosse encaminhado para o GT interministerial.  
321 Diante das diversas justificativas apresentadas, o Sr João Bosco (Secretário Executivo) colocou  
322 em votação a proposta de retorno a CTCOB da proposta de resolução e esta foi aprovada. Em  
323 prosseguimento, foi acordado com a plenária a continuação da reunião até às 14:00h, horário  
324 máximo para o encerramento. Dando continuidade a ordem do dia, passou-se para o **Item 4** -  
325 deliberação sobre propostas de Moção. **Item 4.1** – proposta de moção recomendando ações  
326 relativas à situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul. O Sr. Antônio  
327 Evangelista (ONG's) introduziu o assunto, através da apresentação de mapas da região ilustrando  
328 a situação de extração de areia nas margens do rio, **Anexo XII**. Ele revelou que esta moção  
329 trataria de uma demanda ambiental do vale do Paraíba, ocasionado pelo elevado número de  
330 cavas existentes, regulares ou clandestinas. Relatou que a população do vale reclama e solicita o  
331 disciplinamento da matéria pedindo a criação de um GT para debater o assunto. O Sr. Miguel  
332 Cedraz (MME/DNPM) apoiou a proposta de moção, pela importância da matéria, prontificando-se,  
333 inclusive, a coordenar o GT proposto. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) informou que o tema não  
334 teria sido discutido no âmbito do CEIVAP; ressaltou que o CNRH seria a última instância de  
335 negociação da matéria e que a solução deveria ser local, ou seja, proposta pelo Comitê,  
336 atendendo os próprios princípios do sistema de recursos hídricos. Diante das justificativas  
337 apresentadas, a Conselheira apresentou seu pedido de vistas, que foi aceito; em seguida, se  
338 comprometeu a levar a matéria para discussão no CEIVAP e trazer as ponderações ao CNRH. O  
339 Sr. Antônio Evangelista (ONG's) registrou que a reivindicação da população seria histórica,  
340 inclusive anterior a criação do comitê, destacando que a moção seria um auxílio à discussão no  
341 âmbito do CEIVAP e o pedido de vistas poderia retardar o processo. Finalizando, o Sr. João Bosco  
342 reforçou, junto a Sra. Patrícia Boson (Indústrias), o prazo da próxima reunião do CNRH, ordinária  
343 ou extraordinária, para apresentação do seu respectivo parecer. **Item 4.2** – proposta de moção  
344 recomendando ações na bacia do rio Guandu. A matéria foi apresentada pelo Sr. Antônio  
345 Evangelista (ONG's), que destacou o intuito dessa moção de chamar atenção para a gestão dos  
346 recursos hídricos na bacia do rio Guandu, que tem 2/3 da sua vazão trazida pela transposição das  
347 águas do rio Paraíba do Sul, e abastece a população de grande parte da região metropolitana do  
348 Rio de Janeiro. Segundo o Conselheiro, o instrumento pretendia chamar a atenção do Comitê da  
349 bacia, do Ministério das Cidades, do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Estadual do Rio  
350 de Janeiro para a importância da gestão dessa bacia hidrográfica. Após as discussões o Sr. João  
351 Bosco (Secretário Executivo) apresentou a matéria para votação, que foi aprovada sem  
352 modificações, conforme **Anexo XIII**. **Item 4.3** – proposta de moção solicitando que os editais  
353 do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro) contemplem o desenvolvimento de estudos e  
354 projetos relacionados a procedimentos metodológicos de gestão integrada da qualidade e

quantidade de água subterrânea. O Sr. Edson Nunes (CERH/MT) iniciou esclarecendo que, a pedido do Sr. João Carlos Simanke, Presidente da CTAS, estaria apresentando a matéria. Na oportunidade, informou que o Estado do Mato Grosso, devido a importância das águas subterrâneas, estaria promulgando uma Lei para o cadastramento de todos os poços, com a possibilidade inclusive de monitoramento da qualidade dessas águas. Após comentários sobre o histórico da elaboração desta proposta de moção no âmbito das CTAS, convidou o Sr. Sanderson Leitão (MCT) para melhores esclarecimentos. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) apresentou o apoio do MCT à moção, justificado através das ações de fomento a projetos de ciência e tecnologia direcionados para águas subterrâneas existentes no âmbito do CT-Hidro e dizendo que a moção iria reforçar o desejo de toda a comunidade envolvida com a gestão de recursos hídricos. Em seguida, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) colocou a matéria em votação, que foi aprovada sem modificações, conforme **Anexo XIV. Item 4.4** – proposta de moção solicitando providências relativas ao não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. A matéria foi apresentada pelo Sr. Décio Michellis Jr. (Presidente da CTCOB), lembrando que o assunto já havia sido abordado em momento anterior. Em sua intervenção lembrou que a SOF reconheceu os 0,75% como pagamento pelo uso da água pelo setor de geração de energia elétrica e que, neste documento, estaria sendo pretendido que tais recursos tivessem sua aplicabilidade fundamentada. A proposta foi colocada em votação e aprovada sem modificações, conforme **Anexo XV. Item 4.6** – proposta de moção que solicita providências referentes à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de seu domínio. Para introdução da matéria, foi convidado o Sr. Mauro Viegas (Indústrias), que iniciou revelando suas preocupações na condição de Presidente do CERH/RJ. Disse que essa proposta não pretendia ir contra as competências do Estado do Rio de Janeiro, mas solicitava também, que a referida Lei fosse encaminhada para debate no âmbito do CERH/RJ, o que deveria ter ocorrido quando da sua construção. Fez a leitura da proposta de moção demonstrando, ao final, sua indignação com o desrespeito aos princípios fundamentais de gestão descentralizada e participativa na consecução dessa Lei. Solicitou então que a Sra. Cristina Yuan (Indústrias) também comentasse o assunto. A Sra. Cristina Yuan (Indústrias) ressaltou a necessidade de se agilizar as ações para a integração e harmonização da legislação e implementação dos instrumentos de gestão no País. Informou sobre a surpresa causada no Estado pela publicação dessa Lei, que não foi apreciada pelo CERH/RJ. Comentou que a Lei havia cometido o equívoco de estabelecer valores unificados para todas as bacias do Estado na definição de acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes. Chamou também atenção sobre os cuidados que deveriam ter sido tomados na redação da Lei, destacando que a mesma estaria ignorando a existência de Comitês. Salientou o quanto seria importante o posicionamento do CNRH sobre o assunto. O Sr. Jerson Kelman (ANA) posicionou-se contrário à proposta de moção, ressaltando sua importância para dirimir conflitos internos existentes no Estado do Rio de Janeiro. Salientou que outras leis estaduais também cometeriam equívocos, sem que contudo implicasse em manifestação do CNRH. Opinou que essa Lei não deveria ser considerada um empecilho à implementação do Sistema e da Política Nacional de Recursos Hídricos. Propôs a retirada de pauta da proposta de moção, observando que inclusive o Decreto de regulamentação da Lei ainda não estava publicado. Com o uso da palavra, o Sr. Ícaro Moreno Jr, Presidente da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas do Rio de Janeiro - SERLA, apresentou sua discordância com a proposta de moção, ressaltando que a intenção da Lei seria de acelerar o processo de implantação da política de recursos hídricos no Estado. Ressaltou a idéia primordial da Lei de catalisar no Estado a implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em 2004, obtendo inclusive recursos para fomentar os Comitês. Afirmou que a primeira providência deveria ser o fomento aos planos de bacia. Informou sobre o encaminhamento ao CERH/RJ de correspondência tratando do assunto. O Sr. Antônio Evangelista (ONG's) evidenciou equívoco na utilização do termo "um bem econômico", presente no 2º considerando da proposta de moção. A Sra. Patrícia Boson (Indústrias) lembrou que, em reunião anterior, o Sr. Jerson Kelman (ANA) havia chamado atenção da plenária para a edição de leis estaduais em desacordo com princípios estabelecidos pela Lei nº 9.433. Diante disso, fica evidenciado que a moção em questão estaria demonstrando a atenção do CNRH para a questão. Ressaltou que um Decreto de regulamentação não teria o poder de modificar aspectos da Lei, destacando que deveria ter sido solicitado o auxílio do CERH/RJ para o aprimoramento dessa Lei estadual. O Sr. Mauro Viegas (Indústria) disse que a Lei deveria ser revista. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Jerson Kelman (ANA) solicitou a suspensão da apresentação prevista como item 5 de pauta, devido ao esvaziamento da platéia; justificou com o desejo de que um número

maior de pessoas fosse atingido pela apresentação, por se tratar de uma experiência inédita e bem sucedida de gestão. Assim, solicitou que a mesma fosse proferida no período matutino da próxima reunião do CNRH. Retornando à discussão do tema em debate, solicitou verificação de quorum. Foi verificado um total de 23 Conselheiros votantes em plenária, o que regimentalmente não permitiu a continuidade da análise das matérias deliberativas. Desta forma, foi suspensa a apreciação desse item 4.6 da pauta, último item deliberativo da reunião. Dando prosseguimento a reunião, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) passou aos **Informes** da reunião. Primeiramente, parabenizou a ANA pelo fechamento dos poços Violetto I e II no Piauí, lembrando a importância da Moção nº 5 desse CNRH nesse ato. Ressaltou os trabalhos, no âmbito da CTAP, de catalização do processo de mediação para a flexibilização da operação do reservatório da UHE Caconde. Informou também dos profícuos trabalhos dos GTs de “Reuso” e “Uso eficiente da Água” no âmbito da CTCT, solicitando também contribuições. Relatou sobre a realização, pela CTCOB, de uma Oficina ocorrida nos dias 09 e 10 de março passado visando discutir alternativas para os fluxos de arrecadação e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. Destacou que a análise do PL nº 1.616, no âmbito da CTIL, deveria motivar para breve uma reunião extraordinária desse CNRH, para consolidação das propostas de forma a permitir o envio de contribuições para o atual relator da matéria, Dep. João Pizzolatti, na Comissão de Minas e Energia, da Câmara dos Deputados. Sobre as sugestões de temas relevantes para a pauta do CNRH e suas Câmaras Técnicas em 2004, enviadas pelos Conselheiros quando da consulta realizada pela Secretaria Executiva do CNRH, informou que estaria sendo realizada em breve nova consulta para priorização dos temas consolidados. O Sr. Carlos Alencastre (Comitês) aproveitou para informar sobre a realização do 6º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias, nos dias 6 a 10 de junho de 2004, em Gramado/RS. O Sr. Dalto Macambira (CERH/PI) enfatizou a importância do controle de vazão dos poços Violetto I e II, pois eles eram considerados como símbolo nacional do desperdício de água. Agradeceu a parceria realizada com a ANA para esse ato, que considerou histórico. O Sr. Marilo Costa (CERH/PB) agradeceu a convite para participação do seu Estado na elaboração do Plano Nacional de Combate a Desertificação. O Sr. João Bosco (Secretário Executivo) informou que este Plano será apresentado em junho/2004 e também, por sua vez, agradeceu a parceria com os Estados no processo. Em seguida, às 14:07 horas, o Sr. João Bosco (Secretário Executivo) deu por encerrada a XIII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na XI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 02 de julho de 2004.

MARINA SILVA  
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo